

Editorial

Número Temático: Reforma Psiquiátrica e Política Nacional de Humanização: cuidado humanizado é cuidado em liberdade

O número temático que aqui se anuncia apresenta artigos que debatem uma demanda social pungente que tem requerido todo tipo de esforços teóricos, técnicos e metodológicos de cientistas sociais e trabalhadores do campo das políticas de saúde em nosso país: a melhoria no acesso e qualidade na atenção em Saúde Mental em uma rede psicossocial.

A aliança deste tema com os princípios e diretrizes de uma Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS – HumanizaSUS – não é ocasional. A humanização em saúde mental tem sido convocada nas mais diversas instâncias organizacionais: dentro e fora da máquina de Estado, em serviços substitutivos e em hospitais psiquiátricos, no meio acadêmico e nos espaços de militância organizada.

Qualquer aprofundamento desta ordem requer que situemos o debate no contexto do SUS, e dentro dele, da Reforma Psiquiátrica em curso no nosso país. Significa dizer – correndo o risco de estarmos enunciando o óbvio – que a luta por um atendimento em saúde resolutivo, integral e humanizado para a população que padece de sofrimento psíquico passa pelo reconhecimento desses sujeitos como cidadãos que gozam do direito de buscar ajuda quando avaliarem necessário, de dispor de uma rede de atenção com diferentes serviços a serem acessados em diferentes circunstâncias de suas vidas. Enfim, que não tenham seus destinos selados por um diagnóstico que os atrele indelevelmente a um modo de “tratar” pautado no isolamento manicomial e no cuidado tutelar.

Em outras palavras, estamos dizendo – e, com isso, reafirmando a tautologia anunciada no subtítulo desse Dossiê – que só faz sentido falarmos em humanização do cuidado em saúde mental se estivermos tratando de sujeitos livres, pelo menos na forma como a Política Nacional de Humanização compreende e define a humanização – como efeito concreto de relações entre sujeitos e coletivos, cujos encontros, diferenças, paixões, desavenças os tornam mais potentes, mais sensíveis às necessidades uns dos outros e mais dispostos a novos encontros.

Os artigos e relatos de experiências que compõem este número temático apontam nessa direção. São reflexões retiradas do campo da saúde mental que, em seu conjunto, defendem

posições ético-políticas muito caras ao processo da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica de nosso país. Mais que dois processos coletivos paralelos em um campo temático convergente, as reformas sanitária e psiquiátrica são mutuamente potencializadoras e eticamente equivalentes, quando entendidas em suas radicalidades utópicas, sustentadas até hoje, em grande parte, mesmo passados mais de 20 anos de suas institucionalizações.

Sílvio Yasui reforça tal compreensão ao afirmar, no artigo de que abre este Dossiê, que ambas as políticas (PNH e Saúde Mental) “são apostas que se constroem nas bordas e [fissuras de um] cotidiano conservador”, e que quaisquer medidas que afrontem o cuidado em liberdade - como princípio e exigência ética - representam um preocupante retrocesso na política pública de saúde mental.

Seguindo a mesma perspectiva ético-política, o texto “Humanização e reforma psiquiátrica: a radicalidade ética em defesa da vida”, de autoria das psicólogas mineiras Ana Rita Trajano e Rosemeire Silva, propõe a articulação entre as duas políticas elegendo por foco o modo como a humanização é matizada no fazer da clínica antimanicomial em Belo Horizonte. Problematisa, para tanto, o cenário atual de elaboração de políticas públicas sobre drogas, tomando, tanto a loucura quanto a drogadição, como “experiências eminentemente humanas”.

O tão atual quanto polêmico tema da política sobre álcool e outras drogas no país é também trabalhado em outros dois artigos. Tadeu de Paula Souza e Sergio Resende Carvalho desdobram o princípio da universalidade do SUS para pensar os desafios que o acesso universal impõe ao campo da saúde mental, assim como o confronto que a internação compulsória representa dentro dele. O artigo de Rosane Neves da Silva, Gustavo Zambenedetti e Carlos Augusto Piccinini tematiza a estratégia da Redução de Danos, igualmente trabalhada pelos dois autores acima, mas especifica a discussão nas demandas em saúde mental presentes no cotidiano de trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde e nos recursos de que esses trabalhadores lançam mão no cuidado de pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas. Os dados tomados para discussão foram produzidos através de uma pesquisa-intervenção realizada em Porto Alegre.

Os resultados de outras duas pesquisas são trazidos à discussão com o mesmo intuito de contribuir com a superação de impasses atuais com que o movimento de Reforma Psiquiátrica brasileira se defronta. O tema da atenção à crise na Rede Psicossocial é foco das investigações dos grupos de pesquisa coordenados pelas professoras Simone Paulon, na UFRGS, e pela professora Magda Dimenstein na UFRN. No sul, a pesquisa descrita versa mais especificamente

sobre as modalidades de acolhimento à crise que usuários que acessam as emergências de três hospitais gerais da capital gaúcha recebem, enquanto o grupo da UFRN apresenta dados sobre o atendimento à crise colhidos “nos diversos componentes da rede de atenção psicossocial em Natal/RN”, como esclarece o próprio título do texto. Ambas investigações convergem no sentido de considerar que a atual capacidade limitada que a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) tem de responder às situações de crise e demandas emergenciais constituem um ponto nevrálgico na sustentação e avanço da reforma psiquiátrica.

Na linha das investigações que exploram os pontos em que a RAPS precisa ser fortalecida para acompanhar o processo de desinstitucionalização da loucura requerido pela Reforma em curso, as autoras Meyrielle Belotti e Maria Cristina Campello Lavrador discutem o apoio matricial numa cartografia, realizada no município de Cariacica-ES, que buscou conhecer efeitos e contribuições que a interlocução da Saúde Mental com a Atenção Básica pode proporcionar a este processo.

Dagoberto Oliveira, Michele Vasconcelos e Aldo Rezende de Melo dão seguimento às reflexões que permitem pensar novos dispositivos – metodológicos e/ou conceituais – demandados pela clínica da Reforma Psiquiátrica tomando, para isto, o tema d’ “O corpo como fio condutor para ampliação da clínica”.

A crucial questão da formação também comparece a este debate pelas mãos de Joana Angélica Macedo Oliveira e Eduardo Passos, no artigo “Efeitos transversais da supervisão clínico-institucional na rede de atenção psicossocial”, mas também de Tania Mara Galli Fonseca e Regina Longaray Jaeger que refletem acerca da “Psiquiatrização da vida: arranjos da loucura, hoje”. Os primeiros, pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, colocam em análise a Supervisão clínico-institucional de uma equipe de CAPS e de um território para pensar o que este dispositivo faz operar na rede de saúde do território estudado. Já as pesquisadoras da UFRGS, Tania e Regina, propõem a discussão de uma formação que problematize os novos modos de gestão da vida, o controle normatizante das disparidades e os novos arranjos da loucura, lançando, para isto, a instigante indagação: como o que se denomina saúde mental é tratada na rede HumanizaSUS?

A arte é convocada a participar desta rede, como expresso na experiência relatada pelo grupo de professores dos cursos de Psicologia, Comunicação Social e Sistemas de Informação, do Centro Universitário Luterano de Palmas/TO (CEULP/ULBRA) responsável pelo projeto de

extensão do portal “(En)Cena: a saúde mental em movimento”. O portal cumpre o objetivo de intervir na cultura e divulgar material referente ao campo da saúde como um todo e, em especial, ao campo da Saúde Mental.

No conjunto, a par da diversidade regional, pluralidade de *locus* institucionais e mesmo perspectivas teóricas entre os autores, uma mesma diretriz: a afirmação de que humanização, no campo da saúde mental, significa fazer avançar princípios e estratégias da Reforma Psiquiátrica brasileira. Isso não os impede de reconhecer os impasses que o SUS tem a superar, ou a distância que pode existir entre o tipo de atenção preconizado pela política nacional de saúde mental e o efetivamente encontrado pelos usuários nos serviços de saúde. Ao contrário, é justamente no reconhecimento da magnitude deste desafios que buscam subsídios, no âmbito da saúde coletiva, para qualificar o cuidado em saúde mental.

Mas é também pelo comprometimento com a busca de soluções e alternativas que entendemos pertinente pensar em que sentido os aportes da PNH oferecem contribuições às atuais especificidades do campo da saúde mental. Os autores aqui reunidos dispuseram-se a compartilhar os dilemas, análises e experimentações que o complexo campo de cruzamento das várias políticas públicas vem produzindo. De certezas talvez uma só: a de que, se ainda não garantimos um SUS resolutivo, equânime e humanizado, temos sim, um longo e robusto percurso de construção de uma política de saúde que já não comporta silenciosamente formas de cuidar excludentes, nem saberes e poderes absolutizantes, como os que marcaram a vida de milhares de pessoas nos mais de 200 anos de história dos manicômios.

Ainda que tenhamos muito a aprender sobre o que nos humaniza, os textos deste volume nos revelam o tanto que já temos para contar acerca de outras formas de lidar com esta demasiada humana experiência que é a loucura.

Simone Mainieri Paulon

Liliana da Escóssia

Editoras Convidadas